



Revista Ibero Americana de Estratégia
ISSN: 2176-0756
admin@revistaiberoamericana.org
Universidade Nove de Julho
Brasil

Lana, Jaíne; Goulart Moura, Stephanie Tonn; Falaster, Christian Daniel
POLÍTICAS PÚBLICAS E O INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NO BRASIL
Revista Ibero Americana de Estratégia, vol. 18, núm. 2, 2019, -Junio, pp. 264-276
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5585/riae.v18i2.15162>.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=331267195008>

- [Cómo citar el artículo](#)
- [Número completo](#)
- [Más información del artículo](#)
- [Página de la revista en redalyc.org](#)

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

POLÍTICAS PÚBLICAS E O INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NO BRASIL

¹Jaíne Lana

²Stephanie Tonn Goulart Moura

³Christian Daniel Falaster



Resumo

Objetivo do estudo: Analisar os efeitos das políticas públicas realizadas pelo governo Brasileiro na atração de investimento direto estrangeiro.

Metodologia/abordagem: Estudo exploratório e quantitativo, que utiliza de regressão linear múltipla.

Originalidade/Relevância: Este estudo evidencia as influências político-econômicas nas estratégias de investimento estrangeiro, determinando quais as políticas que impactaram na atração do IDE no Brasil.

Principais Resultados: Os resultados apontam que o Plano Real, o COPOM e o PAC foram as políticas públicas com maior sucesso na atração de investimento direto estrangeiro, no período estudado.

Contribuições teóricas/metodológicas: O estudo apresenta quais as políticas públicas que influenciaram no investimento estrangeiro no Brasil. Em específico, o estudo mostra que políticas voltadas à estabilidade econômica e institucional são as mais importantes para a atração de IDE.

Palavras-chave: Instituições. Política Pública Brasileira. IDE.

Cite it like this:

Lana, J., Moura, S., & Falaster, C. (2019). Políticas Públicas e o Investimento Direto Estrangeiro no Brasil. *Revista Ibero-Americana De Estratégia*, 18(2), 264-276. <https://doi.org/10.5585/riae.v18i2.15162>.

¹ Universidade Regional de Blumenau – FURB, Santa Catarina, (Brasil). E-mail: jainelana@gmail.com Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-2727-3258>

² Universidade Regional de Blumenau – FURB, Santa Catarina, (Brasil). E-mail: stephaniemr600@gmail.com Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-8668-8325>

³ Universidade Regional de Blumenau – FURB, Santa Catarina, (Brasil). E-mail: christianfalaster@gmail.com Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-9502-4475>



PUBLIC POLICIES AND FOREIGN DIRECT INVESTMENT IN BRAZIL

Abstract

Purpose of the study: To analyze the effects of the public policies carried out by the Brazilian government on the attraction of foreign direct investment.

Methodology/approach: Exploratory and quantitative study uses of multiple linear regression models.

Originality / Relevance: In this study we show the political-economics influences on foreign investment strategies, pointing out which policies have affected the attraction of FDI in Brazil.

Main Results: The results show that the Plano Real, COPOM and PAC were the most successful public policies on attracting foreign direct investment in the period of the study.

Theoretical / methodological contributions: Public policies influence foreign investment in Brazil. Specifically, the study shows that policies aimed at economic and institutional stability are the most important factors for attracting FDI.

Keywords: Institutions. Brazilian Public Policy. FDI.

POLÍTICAS PÚBLICAS Y LA INVERSIÓN DIRECTA EXTRANJERA EN BRASIL

Resumen

Objetivo del estudio: Analizar los efectos de las políticas públicas realizadas por el gobierno Brasileño en la atracción de inversión directa extranjera.

Metodología / enfoque: Es un estudio exploratorio y cuantitativo, que se utiliza de regresión lineal múltiplo.

Originalidad / Relevancia: Este estudio muestra las influencia de la política económica en las estrategias de inversión extranjeras, que las políticas han impactado la atracción de IDE en Brasil.

Principales Resultados: Los resultados apuntan que el Plano Real, el COPOM y el PAC fueron las políticas públicas con mayor éxito en la atracción de inversión directa extranjera, en el periodo estudiado.

Contribuciones teóricas / metodológicas: El estudio muestra cual políticas públicas que influncian en la inversión extranjera en Brasil. Específicamente, el estudio muestra que las políticas vueltas a la situación económica e institucional son las más importantes para el retorno de IDE.

Palabras clave: Instituciones. Política Pública Brasileña. IDE.



Introdução

O ambiente político-econômico brasileiro está em constante mudança. Essas mudanças são, em grande parte, geradas por meio da implantação de políticas públicas, que têm por objetivo regulamentar as relações sociais e tornar o Brasil um país atrativo aos negócios. Na década de 1990 o investimento direto estrangeiro passa a contribuir significativamente com a economia do país (Laplane & Sarti, 1997) e para iniciar um novo panorama de mudanças políticas. Atrair o investimento estrangeiro para o Brasil passa a ser importante, pois ele representa uma série de benefícios para a economia do país (Da Silveira, Martins, Samsonescu, Augusto, & Triches, 2017).

A decisão pelo investimento estrangeiro é uma decisão estratégica das empresas multinacionais, que buscam por vantagem competitiva no acesso aos mercados. Estudos têm relatado o papel do governo do país de acolhimento do investimento nos fluxos de IDE (Lu, Liu, Wright, & Filatotchev, 2014; Iammarino, 2018). Mais especificamente, estudos reforçam que é importante analisar os efeitos das políticas públicas pois elas podem afetar os níveis deste tipo de investimento (Hajkova, Dana, Nicoletti, Vartia, & Yoo, 2006).

Apesar dos estudos defenderem que existe relação entre as ações do governo e o fluxo IDE (Liu et al., 2016) a literatura não estabelece claramente quais as políticas públicas, que contribuem para o desenvolvimento e a atração do investimento estrangeiro. Dessa forma, a questão de pesquisa que lidera esse trabalho visa responder quais foram as políticas públicas que influenciaram positivamente o Investimento Direto Estrangeiro no Brasil. A relevância do trabalho se apresenta por meio de uma análise empírica do estabelecimento das principais políticas públicas desenvolvidas no país e o seu impacto na economia brasileira. Buscamos assim contribuir para a literatura em negócios internacionais, pois o papel das políticas públicas nas decisões pelo IDE num país emergente é um tema importante (Liu et al., 2016) e que carece de mais estudos (Finchelstein, 2017).

Este estudo baseou-se na literatura sobre negócios internacionais, formulação de políticas públicas e sobre a economia brasileira. Foram utilizados, como fonte de pesquisa, dados empíricos do Banco Mundial. Este estudo comprova sua relevância por considerar as

influências político-institucionais nas estratégias de investimento estrangeiro. Os resultados indicam que principalmente as políticas ligadas à estabilização da economia, exercem efeitos positivos sobre o IDE.

O trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, apresentam-se as bases teóricas dessa pesquisa onde se abordam os conceitos de Políticas Públicas, Investimento Direto Estrangeiro e o Panorama do Brasil. A terceira seção, apresenta a estrutura metodológica da pesquisa. Na quarta seção, são expostos os resultados da pesquisa, seguido da análise e discussão. Por fim, apresentam-se algumas considerações sobre o resultado da pesquisa, os limites observados e recomendações para a continuidade do estudo.

Referencial Teórico

Políticas públicas

A Constituição Federal de 1988 organizou a estrutura do Estado Brasileiro, o que consequentemente reflete na organização das suas políticas públicas. Desta forma, os governos utilizam a constituição como a principal ferramenta para a organização das suas ações. Assim, as políticas públicas, caracterizam-se como instrumentos de decisões governamentais a partir de demandas evidenciadas pela sociedade. Para Lamounier (1982) “toda política pública é uma forma de intervenção nas relações sociais”, ou seja, as políticas públicas são feitas pelo Estado e seus governos, a fim de intervir em um interesse comum, seja ele de base econômica ou social.

A instituição responsável por receber e definir a política pública é o Estado, do qual se organiza em planos, programas e ações (Vargas, 2009). Compreendendo a política pública como uma ferramenta de organização das demandas apresentadas pela sociedade, seja ela, do campo econômico, político ou social, ela implica numa estruturação. O ciclo da política pública inclui a elaboração de uma agenda, as formulações, a implementação e o controle das propostas que foram expostas ao longo desse processo (Frey, 2000), o qual exige um longo e burocrático período até a sua efetivação.

A última etapa do ciclo das políticas é a avaliação, momento em que se verifica a eficiência de determinada política. É nesse momento que acontece o aprimoramento da

prática da gestão, tendo em vista a verificação dos erros e acertos durante todo o processo. Figueiredo e Figueiredo (1986) afirmam que a avaliação das políticas se enquadram em dois tipos, de processo e de impacto. O primeiro trata da verificação da aplicação da política de acordo com as diretrizes traçadas na sua formulação. A avaliação de impacto visa estimar os efeitos da política na população alvo.

Estes efeitos são exercidos sobre a economia do país e sobre os fluxos de investimento estrangeiro (Lu et al., 2014). Investidores estrangeiros procuram por políticas favoráveis ao seu estabelecimento no país estrangeiro, por meio da regulação de taxas e apoio financeiro (Luo, Xue, & Han, 2010). O investimento direto estrangeiro é importante para a economia e fomenta a competição entre as empresas do mercado doméstico (Da Silveira et al., 2017).

Investimento direto estrangeiro

Com os avanços tecnológicos e a globalização, a forma de fazer negócios no mercado contemporâneo ultrapassa as fronteiras nacionais de um país. A comunicação ganhou velocidade e agilidade, e a troca de informações entre as diferentes partes do globo terrestre ocorre em uma fração de segundo. Os negócios internacionais podem ser definidos como as relações de comércio e investimentos das organizações que ultrapassam as fronteiras entre os países (Cavusgil et al., 2010).

Boyacigiller et al. (1997) destacam que os negócios internacionais têm como principal característica o ambiente externo ao qual as empresas conduzem negócios, no entanto, a forma de atuação das organizações possui especificidades relacionadas ao seu país de origem. Cavusgil et al. (2010), ressaltam que por meio da internacionalização os países trocam, principalmente, ativos físicos e intelectuais, como por exemplo a expertise de uma tecnologia, mão de obra e capital. Para o país que recebe o investimento estrangeiro muitos são os benefícios, desde o aumento de ofertas de trabalho à população até a arrecadação de impostos. Muitos desses benefícios se intensificaram com uma globalização mais intensa. A globalização pode ser definida como uma queda de barreiras entre Estados, decorrente dos avanços tecnológicos, possibilitando a troca de informação de pessoas pelo mundo inteiro. A globalização não é algo novo, mas se intensificou a partir dos anos 2000, uma vez que possibilita a

manutenção de um mercado de economias integradas, cheio de possibilidades. (Cavusgil et al., 2010). No entanto, acontecimentos políticos recentes podem desacelerar ou até mesmo reverter parte do processo de globalização, como as eleições de governos de extrema direita.

A internacionalização, por sua vez, é um processo que ocorre no âmbito microeconômico, tratando de transações mais específicas entre os países. Fleury e Fleury (2016) apontam que esse fenômeno está relacionado aos agentes que participam da globalização, tais como as empresas e os governos. O processo de internacionalização pode ser motivado pela busca por vantagens competitivas, uma vez constatada a ineficiência do mercado doméstico (Dunning, 2000). O mercado estrangeiro é capaz de absorver excedentes e escalas de produção e comercialização, contribuindo para baixar os custos. Há também a motivação pela oferta de clientes-chave para uma organização (Ferreira et al., 2011). O paradigma eclético, mais conhecido como OLI, descreve três vantagens específicas da internacionalização, a vantagem de posse, de localização e de internalização (Dunning, 2000).

A decisão por internacionalizar demanda um estudo analítico de todas as variáveis que envolvem um mercado desconhecido (Liu et al., 2016). O panorama político, econômico e institucional do ambiente determina os riscos e as incertezas ao qual o investimento estará sujeito (Henisz, 2000, 2002). Para isso é importante compreender o ambiente que recebe os fluxos de IDE para então compreender os seus efeitos.

Panorama Econômico-Institucional do Brasil

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Brasil constitui-se em um Estado democrático de direito, ou seja, o povo detém o poder de escolha, elegendo pessoas da sociedade para representá-los. É uma república federativa presidencialista, onde o presidente é eleito pelo povo democraticamente. É formada por 26 estados e um distrito federal, o qual possui baixa autonomia, principalmente em nível legislativo (Ferreira et al., 2011).

É notória a abundância de recursos naturais, petrolíferos, minerais, assim como possui a maior floresta do mundo - a Amazônia (Ferreira et al., 2011). É um país que além de possuir grande extensão territorial, em termos de mercado potencial, possui mais de 2 milhões de pessoas (IBGE, 2018), sendo o maior país da

América Latina (Ferreira et al., 2011). Se compararmos o tamanho do Brasil com a Europa, podemos ver o quão grande ele é.

O Brasil não se destaca apenas em territorialidade no âmbito da América Latina, integra o Mercosul e possui uma liderança natural no bloco, visto que tem uma economia emergente e boas relações internacionais. Esse bloco econômico, constitui-se numa política pública colaborativa. Destaca-se o salto positivo no início de sua implementação, considerando o fluxo de investimento estrangeiro nos países membros, principalmente da indústria automobilística (Cavusgil et al., 2010). O Brasil é um país de Estado-Laico, onde a religiosidade não é sinônimo de guerras que afetam as relações sociais. O cristianismo detém a maior parte da população brasileira. Ressalta-se a segurança religiosa como baixo risco quando se analisado para um investimento no país. Segundo o site de estatísticas UNCTAD (2018), o Brasil está entre um dos países em desenvolvimento que mais recebe investimento direto estrangeiro, ficando na frente de países como a Índia e o Chile, ao longo de vários anos. O país adotou políticas para intensificar também sua posição nos mercados globais (Pinto et al., 2017), porém, possui algumas ineficiências, principalmente institucionais (Falaster & Ferreira, 2018). Há grandes índices de corrupção, desigualdades sociais, baixo nível de escolaridade, pobreza em grande parte da população, criminalidade e problemas de mobilidade urbana (Ferreira et al., 2011). A questão da mobilidade urbana é fator crítico, visto que, conforme o último relatório da Confederação de Transportes (2017), 61% dos transportes de cargas é feito por rodovias, aumentando custos e tempo de entrega.

Outra questão a ser considerada, diz respeito às ações que os governos ao longo dos anos 1990 a 2015, mas principalmente a partir do início da década de 90 vem fazendo para melhorar o ambiente institucional. Essa melhora objetivou o crescimento do país, o aumento da distribuição de renda e de ofertas de trabalho. A partir desse cenário é de extrema importância destacar ações governamentais que propiciaram avanços e atração de IDE para o país.

Desenvolvimento Conceitual e Hipóteses

A formulação de políticas públicas, bem como a atuação do governo na economia, pode estimular o incentivo ao investimento estrangeiro como também provocar a sua inibição

(Lehmann, 1999; Asiedu, 2002; Amal, 2014). Qualquer mudança que ocorra na legislação que regula os modos de entrada de empresas estrangeiras pode prejudicar os planos de investimento de uma organização estrangeira. O risco do investimento está intimamente ligado à política, à economia e as leis de uma nação.

No início dos anos 90, o Brasil passava por momentos turbulentos na economia. A partir desse período, foram estabelecidas várias medidas com o objetivo de melhorar esse ambiente. Em 1991, o Brasil junto a outras três nações vizinhas, Argentina, Paraguai e Uruguai, formaram o bloco econômico denominado Mercosul. Essa política, teve como principal objetivo estimular o livre comércio entre essas nações, eliminando tarifas de importações e gerando oportunidades comerciais entre elas (Ferreira et al., 2011). A política não refletiu apenas em benefícios comerciais, mas também em facilidades para transitar livremente sem passaporte pelos países membros, na validação de diplomas, na seguridade social e na aquisição de visto de moradia (Mercosul, 2018). Com uma maior integração do país aos seus vizinhos, e a perspectiva do livre-comércio local, o país tornou-se mais atraente ao investimento como uma forma das empresas acessarem os mercados dos outros países do Mercosul. Diante disso propõem-se que:

H1: A inserção do Brasil no Mercosul afetou positivamente o fluxo de IDE direcionado ao país.

Em 1994, o Brasil vivia uma grande instabilidade econômica, com uma super-inflação. Na tentativa de conter essa realidade, o governo estabeleceu o Plano Real como política de estabilização da economia e controle da inflação.

Foi o começo de um novo ciclo de crescimento econômico (Rocha, 2000). Nesse contexto, houve também muitas privatizações de empresas públicas. As privatizações dessa época, dirigiram os fluxos de capital estrangeiro no país, contribuindo para o crescimento do IDE (Da Silveira et al., 2017). A estabilidade econômica e o otimismo gerados pelo Plano Real diminuíram os riscos associados ao investimento do país, tornando-o mais atraente aos investimentos estrangeiros. Sendo assim, propõem-se que:

H2: A criação do Plano real afetou positivamente o fluxo de IDE direcionado ao país.

Ainda em 1997, foi criado o Comitê de Políticas Monetárias – COPOM. Essa política

teve como principal função definir diretrizes de política monetária e de taxa de juros, que culminou na criação da Taxa SELIC (Matos, & Neto, 2015). É também de competência desse comitê a divulgação do relatório de inflação. É comum esse tipo de política em outros países. Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra são exemplos de nações que também possuem esse sistema, visto que facilita o processo decisório e melhora a comunicação e transparência com a população (Matos, & Neto, 2015; Banco Central do Brasil, 2018). Essa política pública possibilitou a estabilização da economia, portanto propõem-se que:

H3: A criação do COPOM afetou positivamente o fluxo de IDE direcionado ao país.

Após os anos 2000, foi criada a APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos, que tem como escopo promover as exportações e atrair investimentos estrangeiros para a Brasil (Salerno, 2010). A APEX tem como áreas principais de atuação a indústria, o comércio, serviços e tecnologia (Planalto, 2003). Com esse impulso no mercado, não somente a participação das empresas brasileiras no mercado externo é promovida mas também a atratividade do país é impulsionada, com a modernização tecnológica proveniente deste processo. Propomos assim:

H4: A criação da APEX afetou positivamente o fluxo de IDE direcionado ao país.

Como forma de estimular a economia, em 2007 é criado o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Este foi um importante investimento estatal focado na infraestrutura do país, concentrando os investimentos no setor da construção civil (Dos Santos, 2013). Além de contribuir para geração de novos empregos, através do PAC foram realizadas importantes obras de infraestrutura para o desenvolvimento do país (Ministério do Planejamento, 2018). Foi uma das medidas que ajudaram o país a enfrentar a crise mundial de 2008.

O PAC teve um impacto social e econômico no país alterando parâmetros do mercado de trabalho (Jardim, & Silva, 2015) e melhorando a infraestrutura do país, que torna o Brasil mais propenso ao investimento estrangeiro. Logo, propõem-se que:

H5: A criação do PAC afetou positivamente o fluxo de IDE direcionado ao país.

Considerando o panorama do Brasil, o Mercosul, Plano Real e o COPOM, foram políticas ligadas à estabilização da economia. A APEX é uma agência de fomento ao comércio exterior e investimentos. O PAC serviu como acelerador da economia brasileira e foi fundamental para o Brasil passar pela crise mundial de 2008. Acredita-se, com base na literatura, que essas políticas exerçam efeitos positivos sobre o IDE no Brasil.

As instituições locais dos países e as ações de seu governo são tratadas na literatura como influenciadoras do investimento estrangeiro que é atraído para a localidade (Finchelstein, 2017). O papel do estado na internacionalização dos negócios é tópico de estudo na literatura de negócios internacionais como é possível notar no trabalho de Cuervo-Cazurra, Inkpen, Musacchio, e Ramaswamy, (2014) e Musacchio, Lazzarini, e Aguilera, (2015).

Método

Este estudo tem como objetivo analisar se as políticas públicas podem influenciar na atração de IDE para o país. Partindo do pressuposto que as políticas econômicas hipoteticamente são as que apresentam maiores efeitos para o objeto deste estudo, foram analisadas as políticas e ações governamentais desta área no período de 1990-2016. É um estudo exploratório porque este tipo de pesquisa tem como objetivo aumentar a proximidade do pesquisador com o problema em questão para esclarecer conceitos ou desenvolver hipóteses (Churchill et al., 2011).

Para investigar a problemática proposta, foram utilizados dois coeficientes de relação: as políticas públicas e os dados de investimento direto estrangeiro direcionado do Brasil no Banco Mundial. Estas variáveis foram transformadas em modelos estatísticos de regressão linear múltipla. Hair (2005) conceitua esse método como uma forma de verificar se há relação entre variáveis, pode-se também avaliar a força dessa relação. Nessa relação, três tipos de variáveis foram levadas em consideração: a dependente, independentes e de controle.

A variável dependente do estudo é a quantidade de investimento direto estrangeiro direcionado ao Brasil em cada ano focal. O IDE foi coletado no banco de dados do Banco Mundial. O nível de análise do estudo, portanto, foi o ano focal.

As variáveis independentes do estudo representam: Mercosul, Plano Real, Comitê de política Monetária – COPOM, APEX - Lei 10668, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Estas variáveis foram codificadas como dicotômicas, classificadas como “1” quando presentes no ano focal e “0” quando não-presentes no ano focal. Em outras palavras, foi classificado como “0” o momento antes da implementação de dada política e “1” após sua implementação.

As variáveis de controle estabelecidas no estudo servem para diminuir os desvios dos resultados e possibilitar uma coerência estatística (Hair, 2005). Para tal, o PIB, a inflação, a capitalização de mercado e o IDE foram as variáveis de controle escolhidas. O PIB é um método de medir a atividade econômica de um país. Quando esse índice é alto, quer dizer que a economia desse país está crescendo. Que há mais dinheiro disponível o que consequentemente aumenta o consumo. A partir do momento que a demanda aumenta, as empresas também crescem e geram mais empregos o que pode diminuir os índices inflacionários, pois com as empresas trabalhando em um bom nível, o aumento da oferta de bens e serviços pode diminuir a inflação.

A inflação é um grande aumento dos preços de bens e serviços. Isso se dá de diversas formas. Pode ser pelos altos gastos do governo, pela baixa oferta de determinados produtos e por mudanças no câmbio. É uma das variáveis que mais afeta o mercado de investimentos, visto que, ele gera incerteza. Por exemplo, uma empresa que deseja instalar-se no Brasil, se a inflação estiver alta, os custos para se produzir

serão consequentemente altos. Com a inflação alta, ainda tem a perda do poder de compra por conta das famílias, o que acaba influenciando a demanda. Se não há baixa demanda e os custos para se produzir são altos, há baixa no comércio de bens e serviços, diminuindo o lucro das empresas.

A capitalização de mercado, ou *Market Cap*, como é normalmente chamada é a forma de medir o desempenho da bolsa de valores. Para quem investe é uma maneira de avaliar o estado do país em relação às suas companhias, visto que, ela traz um histórico de crescimento ou declínio. Para quem irá investir no Brasil por exemplo, pode servir como base o histórico das empresas que já estão instaladas aqui, pois pode indicar se o ambiente em questão é propício ou não para investimentos.

Por fim, utilizamos os fluxos de investimento direto estrangeiro do país para fora, visto que um maior investimento do Brasil em outros mercados indicaria um grau maior de integração global. O IDE “*outward*” é composto por todo o fluxo de investimento em forma de transferência de capitais para outro país de destino. Essa variável leva em consideração, as fusões, aquisições, a construção de plantas fabris do zero e os *joint venture*.

Resultados

Para que seja possível avançar na apresentação dos resultados é necessário entender a representatividade das variáveis escolhidas para o modelo inicialmente proposto. Para isso, a tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas com base nos dados coletados.

Tabela 1. Estatísticas Descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
IDE Influxo	32	19,66	25,34	23,1978	1,68853
Mercosul	32	0,00	1,00	,8125	,39656
Plano Real	32	0,00	1,00	,7188	,45680
COPOM	32	0,00	1,00	,6563	,48256
APEX	32	0,00	1,00	,4375	,50402
PAC	32	0,00	1,00	,3125	,47093
PIB	32	-3,77	7,99	2,6471	3,05337
Inflação	32	3,20	2947,73	350,3235	728,55231

Capitalização de Mercado	32	25,57	28,07	26,6502	,74075
IDE Externo	32	18,21	24,08	21,5326	1,85264

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

A Tabela 2 apresenta a relação de uma variável com a outra. Por exemplo, o Plano Real, tinha como objetivo diminuir a inflação, e de fato diminuiu, conforme podemos observar acima

pelo grau de correlação negativo (-0,719*) e a significância próxima de zero. A relação entre as outras variáveis podem ser analisadas da mesma forma.

Tabela 2. Correlações

		1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	IDE Influxo	1,000								
2	Mercosul	,616**	1,000							
3	Plano Real	,779**	,768**	1,000						
4	COPOM	,823**	,664**	,864**	1,000					
5	APEX	,689**	,424*	,552**	,638**	1,000				
6	PAC	,789**	,324	,422*	,488**	,764**	1,000			
7	PIB	-,116	-,095	-,019	-,146	-,020	-,095	1,000		
8	Inflação	-,762**	-,529**	-,719**	-,823**	-,594**	-,504**	-,036	1,000	
9	Capitalização de Mercado	,683**	,334	,434*	,503**	,919**	,843**	,048	-,581**	1,000
10	IDE Externo	,830**	,598**	,742**	,752**	,771**	,723**	,012	-,797**	,745**

Na tabela 3, no modelo 1, o Mercosul apresentou resultado positivo e significativamente relevante ($\beta = 0,217$ sig. < 0,049). Esse resultado pode se explicar pela criação do bloco econômico, como uma política pública que deu certo. Derrubou barreiras protecionistas, estimulou o livre comércio, estimulou a circulação de pessoas e mercadorias sem burocracias entre os países membros. Além disso, a formação do bloco econômico ampliou o mercado potencial das empresas que se instalam no Brasil, possibilitando o livre comércio entre os países da América Latina. O que explica também esse aumento significativo do IDE no Brasil é a liderança natural do país no bloco.

O Plano Real, teve um resultado de $\beta = 0,502$ sig. < 0,000, o que tona muito significativa a influência que essa variável teve no IDE brasileiro. Isso pode ser explicado devido ao plano de reestruturação da moeda brasileira, que buscou estabilização da super-inflação e retomada do crescimento econômico. A partir do momento que um país tem sua economia estável, consequentemente será atrativo aos olhos dos investidores. Ambientes instáveis, não atraem. O Plano Real foi uma política pública que serviu para aumentar a confiabilidade externa na

economia brasileira, tanto que o efeito desse resultado, se comparada as outras políticas, é muito expressiva.

Já o COPOM, teve resultado ainda melhor que o plano real com $\beta = 0,564$ sig. < 0,000. Essa significância pode ser explicada pela implantação do comitê análise econômica, que busca soluções para a partir das mudanças na conjuntura econômica. Esse comitê leva em consideração inúmeros fatores que influenciam o cenário econômico, tais como a transparência das informações levantadas e a confiabilidade das ações que serão executadas para manter e melhorar a economia brasileira. O Brasil também utiliza o COPOM, como forma de analisar as economias externas, a que patamar estão as transações no mercado internacional, as taxas de juros e o câmbio.

Parece contraditório, mas a agência de fomento ao comércio exterior e investimentos (APEX) apresentou valores $\beta = 0,003$ sig. < 0,986, portanto não revelou influencia significativa no modelo 4. Por fim, no modelo 5, o PAC também não teve significância quanto aos influxos de IDE. Porém, é importante destacar a função que essa política pública teve no país, principalmente no que tange a retenção dos

investimentos que aqui já estavam instalados. Tal fato se deve a elevação dos índices de empregos e geração de renda estimulados pelo PAC. Se voltarmos no cenário econômico de 2008, no

auge da crise mundial, países passavam por momentos turbulentos em suas economias, e o Brasil, manteve-se economicamente estável.

Tabela 3. A influência das políticas públicas nos influxos de IDE

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
Mercosul	0,217 (0,049)					0,042 (0,590)
Plano Real		0,502 (0,000)				0,287 (0,024)
COPOM			0,564 (0,000)			0,426 (0,002)
APEX				0,003 (0,986)		-0,157 (0,150)
PAC					0,210 (0,277)	0,307 (0,014)
PIB	-0,170 (0,041)	-0,180 (0,008)	-0,103 (0,122)	-0,181 (0,045)	-0,148 (0,105)	-0,083 (0,158)
Inflação	-0,306 (0,002)	-0,183 (0,023)	-0,083 (0,350)	-0,348 (0,001)	-0,340 (0,001)	-0,054 (0,457)
Capitalização de Mercado	0,149 (0,255)	0,248 (0,024)	0,169 (0,100)	0,068 (0,702)	-0,101 (0,619)	0,117 (0,433)
IDE	0,458 (0,006)	0,196 (0,162)	0,254 (0,059)	0,635 (0,000)	0,618 (0,000)	0,063 (0,591)
R ² ajustado	0,818	0,887	0,887	0,789	0,798	0,928
F	28,959	49,706	49,43	24,149	25,541	45,08
N	31	31	31	31	31	31

Fonte: elaborado pelos autores.

O Modelo 8, traz resultados divergentes dos anteriores, isso porque parte da análise das variáveis independentes de forma conjunta. Nele, é possível analisar que, quando considerados os efeitos de todas as variáveis, o Plano Real, criação do COPOM e o PAC foram os fatores mais importantes na atração de IDE no país. Destaca-se o R² ajustado altíssimo do modelo 8 o que implica em um modelo com um poder explicativo bastante alto, e significa que a análise realizada atingiu um nível de acurácia satisfatório. Todos os valores de VIF dos modelos estiveram abaixo de 10 de acordo com o limite estabelecido por Hair, Black, Babin, Anderson, & Tatham, (2006).

Discussão

Os resultados dessa pesquisa foram importantes para verificar a influência das políticas públicas brasileiras nos influxos de investimento estrangeiro e testar as hipóteses formuladas. A H1 pode ser parcialmente confirmada, por apresentar influência somente de forma isolada. Pode-se concluir que o efeito

do Mercosul foi positivo, porém quando comparado a outras políticas públicas, o seu impacto diminui. Por meio do Mercosul o país derrubou barreiras e estimulou o livre comércio, o que consequentemente afetou positivamente o IDE. Todavia, essa política facilitou a entrada de investimento da América Latina apenas, e portanto pode ser entendida como limitada quando comparada as outras políticas de estabilização econômica.

A H2 pode ser confirmada no estudo. O fracasso econômico do passado foi o que incentivou a criação do Plano Real. Essa ação foi benéfica, pois estabilizou a economia e diminuiu os índices inflacionários corroborando para atração de investimentos. Mercados estáveis economicamente são mais atrativos aos olhos dos investidores que dependem daquele sistema financeiro e monetário para operar seus negócios. Esse é um grande desafio imposto às economias emergentes (Liu et al., 2016)

A H3 também pode ser confirmada em todos os modelos. O COPOM auxiliou na diminuição do risco no país, quando foi implantado com o

objetivo de monitorar e desenvolver soluções de política monetária para manter a economia brasileira estável, tornando-a mais atrativa ao investimento estrangeiro.

O Mercosul, Plano Real e o COPOM, foram políticas implementadas e executadas em um período de grandes mudanças no país, sendo criadas sucessivamente. Essas políticas contribuíram consideravelmente para que o Brasil superasse o período super inflacionário e de estagnação da economia vivenciado na década de noventa. É importante destacar a semelhança entre essas ações e o conceito de Derani (2002) sobre políticas públicas, onde afirma que são feitas sempre em função do interesse coletivo. O país precisava mudar para estagnar a inflação e crescer, já a população precisava ter emprego e produtos melhores a preços justos.

A H4 não pode ser confirmada, e trata da política pública APEX. O que chama atenção é que essa política pública se constitui numa agência de fomento ao comércio exterior e investimentos, o que consequentemente deveria ter influenciado o IDE. Um dos possíveis motivadores deste resultado pode ser o fato de essa política envolver muito mais ações em prol da internacionalização de empresas brasileiras do que na atração do investimento estrangeiro. Relatos desta política propostos por Salerno (2010), se mostram em sua maioria voltados ao acesso ao mercado externo de produtos e empresas brasileiras, do que na atração de investimento estrangeiro.

Referências

Amal, M. (2014). *Reformas econômico-institucionais e investimento direto externo na América Latina*. Editora Appris.

Amal, M., & Seabra, F. (2007). Determinantes do investimento direto externo (IDE) na América Latina: uma perspectiva institucional. *Revista economia*, 8(2), 231-247.

Asiedu, E. (2002). On the determinants of foreign direct investment to developing countries: is Africa different?. *World development*, 30(1), 107-119.

Banco Central do Brasil. *Definição e Histórico: COPOM*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/copom_normas/a-

A H5 foi parcialmente confirmada. O PAC serviu como acelerador da economia brasileira e foi fundamental para o Brasil passar pela crise mundial de 2008, mantendo os investimentos. No entanto, nota-se que ele sozinho não foi o que promoveu os influxos de IDE. Este programa teve sua contribuição com o todo, para a melhoria da imagem brasileira perante os investidores estrangeiros, todavia isoladamente não pode exercer influências significantes no IDE. Foi uma política de cunho mais social do que econômico (Jardim, & Silva, 2015) que corroborou com o reforço da imagem positiva do país em relação a geração de empregos. Por isso, sua influência é sentida apenas no modelo com as demais variáveis.

De forma geral, os resultados indicam as políticas ligadas à estabilização da economia na década de noventa foram as mais importantes para os efeitos positivos sobre o IDE. Por mais que as demais políticas, exceto o PAC, não tiveram resultados significantes, as variáveis contribuíram para a análise provando que nem sempre as políticas públicas funcionam para o desenvolvimento um determinado setor, mas que podem influenciar outros. Assim destaca-se que a influência das políticas públicas se caracteriza como uma ferramenta modificadora do cenário de um país. Elas podem tanto influenciar os investimentos, como melhorar as indústrias domésticas. O Estado intervém para melhorar os cenários e as políticas públicas são ferramentas utilizadas para isso.

[hist.asp?idpai=copom](#)> Acesso em: 02 de setembro de 2018.

Boyacigiller, N., & Adler, N. J. (1997). Insiders and outsiders: Bridging the worlds of organizational behavior and international management. *International business: An emerging vision*, 396-416.

Cavusgil, S. T., Knight, G., & Riesenberger, J. R. (2010). *Negócios internacionais: estratégia, gestão e novas realidades*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Churchill, G. A., Brown, T. J., & Suter, T. A. (2011). *Pesquisa básica de marketing*. São Paulo: Cengage Learning.

Clark, G. (2008). Política econômica e Estado. *estudos avançados*, 22(62), 207-217.



- Costa, L. P. D. S., & Figueira, A. C. R. (2017). Risco político e internacionalização de empresas: uma revisão bibliográfica. *Cadernos EBAPE. BR*, 15(1), 63-87.
- Cuervo-Cazurra, A., Inkpen, A., Musacchio, A., & Ramaswamy, K. (2014). Governments as owners: State-owned multinational companies. *Journal of International Business Studies*, 45, 919-942.
- Da Silveira, C., Martins, E., Samsonescu, D., Augusto, J., & Triches, D. (2017). The determinants of foreign direct investment in Brazil: empirical analysis for 2001-2013. *CEPAL Review*.
- Derani, C. (2002). Privatização e serviços públicos: as ações do Estado na produção econômica. In *Privatização e serviços públicos: as ações do Estado na produção econômica*. São Paulo: Mas Limonad.
- Dos Santos, P., A. (2013). Uma avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado da Bahia (2007-10). *Revista de Administração Pública*, 47(1), 177-203.
- Dunning, J. H., & Lundan, S. M. (2008). *Multinational enterprises and the global economy*. Edward Elgar Publishing.
- Falaster, C., & Ferreira, M. A. (2018). *How Generalized and Arbitrary Institutional Inefficiencies Shape Equity in Acquisitions*. In *Academy of Management Proceedings* (Vol. 2018, No. 1, p. 15210). Academy of Management.
- Ferreira, M. P., Serra, F. R., & Reis, N. R. (2011). *Negócios internacionais: e internacionalização para as economias emergentes*. Lisboa: Lidel.
- Figueiredo, M. F., & Figueiredo, A. M. C. (1986). *Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica* (No. 15). São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo.
- Finchelstein, D. (2017). The role of the State in the internationalization of Latin American firms. *Journal of World Business*, 52(4), 578-590.
- Fleury, M. T. L., & Fleury, A. (2016). O desenvolvimento das multinacionais brasileiras no cenário global. *GV-executivo*, 15(1), 34-37.
- Frey, K. (2009). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, (21).
- Hair, J., Babin, B., Money, A., & Samouel, P. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Bookman Companhia Ed.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2006). *Multivariate data analysis*. Uppertsaddle River. 7 ed.
- Hajkova, Dana, G. Nicoletti, L. Vartia, and K. Yoo. 2006. Taxation, Business Environment, and FDI Location in OECD Countries. *OECD Economics Department Working Paper No. 502*.
- Harzing, A. W. (2002). Acquisitions versus greenfield investments: International strategy and management of entry modes. *Strategic management journal*, 23(3), 211-227.
- Henisz, W. J. (2000). The institutional environment for multinational investment. *The Journal of Law, Economics, and Organization*, 16(2), 334-364.
- Henisz, W. J. (2002). *Politics and international investment: Measuring risks and protecting profits*. Edward Elgar Publishing.
- Iammarino, S. (2018). FDI and regional development policy. *Journal of International Business Policy*, 1(3-4), 157-183.
- IBGE. *Panorama do Brasil*. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama> > Acesso em: 30 de set. 2018
- Jardim, M. C., & Silva, M. R. (2015). *Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?*. SciELO-Editora UNESP.
- Kotler, P. (2000). *Administração de marketing*. São Paulo: Prentice Hall.

- Kotler, P., & Keller, K. L. (2006). *Administração de marketing*. Tradução de: Mônica Rosenberg, Brasil Ramos Fernandes e Cláudia Freire. São Paulo: Prentice Hall.
- Lamounier, B. (1982). Análise de políticas públicas: quadro teórico-metodológico de referência. *São Paulo [sn, sd]. Mimeografado*.
- Laplane, M. F., & Sarti, F. (1997). Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. *Economia e sociedade*, 6(1), 143-181.
- Lehmann, M. A. (1999). *Country risks and the investment activity of US multinationals in developing countries* (No. 99-133). International Monetary Fund.
- Liu, X., Gao, L., Lu, J., & Lioliou, E. (2016). Environmental risks, localization and the overseas subsidiary performance of MNEs from an emerging economy. *Journal of World Business*, 51(3), 356-368.
- Lopes Filho, L. S. (2000). *Como tornar sua empresa competitiva e globalizada*. São Paulo: Makron.
- Lu, J., Liu, X., Wright, M., & Filatotchev, I. (2014). International experience and FDI location choices of Chinese firms: The moderating effects of home country government support and host country institutions. *Journal of International Business Studies*, 45(4), 428-449.
- Luo, Y., Xue, Q., & Han, B. (2010). How emerging market governments promote outward FDI: Experience from China. *Journal of World Business*, 45(1), 68-79.
- Machado-da-Silva, C. L., Fonseca, V. D., & Fernandes, B. H. (1999). Mudança e estratégia nas organizações: perspectivas cognitiva e institucional. *Administração contemporânea: perspectivas estratégicas*. São Paulo: Atlas, 102-118.
- Matos, P. R. F., & Neto, J. A. (2015). Analisando as decisões do COPOM. *Brazilian Business Review*, 12(6), 26.
- Mercosul. *O MERCOSUL na vida do cidadão*. Disponível em: < <http://www.mercosul.gov.br/o-merc-sul-na-vida-do-cidadao> > Acesso em: 18 de outubro de 2018.
- Ministério do Planejamento. *Sobre o PAC*. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> > Acesso em: 01 de setembro de 2018.
- Monticelli, J. M., Calixto, C. V., Vasconcellos, S. L. D., & Garrido, I. L. (2017). The influence of formal institutions on the internationalization of companies in an emerging country. *Revista brasileira de gestão de negócios*, 19(65), 358-374.
- Musacchio, A., Lazzarini, S. G., & Aguilera, R. V. (2015). New varieties of state capitalism: Strategic and governance implications. *Academy of Management Perspectives*, 29(1), 115-131.
- North, D. C. (1991). Institutions. *Journal of economic perspectives*, 5(1), 97-112.
- Oliveira, A. T. (2005) *Políticas públicas e atividade administrativa*. São Paulo: Fiuza Editores.
- Oliveira, L. D. , & Vieira, M. M. F. (1999). *Administração contemporânea: perspectivas estratégicas*. São Paulo: Atlas.
- Peng, M. W., Wang, D. Y., & Jiang, Y. (2008). An institution-based view of international business strategy: A focus on emerging economies. *Journal of international business studies*, 39(5), 920-936.
- Pinto, C. F., Ferreira, M. P., Falaster, C., Fleury, M. T. L., & Fleury, A. (2017). Ownership in cross-border acquisitions and the role of government support. *Journal of World Business*, 52(4), 533-545.
- PLANALTO. *Lei 10668 - APEX*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.668.htm > Acesso em: 01 de setembro de 2018.
- _____. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituic >



ao/Constituicao.htm> Acesso em: 01 de setembro de 2018.

_____. *Lei 10219 – Programa Nacional de Renda mínima*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10219.htm> Acesso em: 01 de setembro de 2018.

_____. *Lei 9491 – Programa Nacional de Desestatização*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9491.htm> Acesso em: 01 de setembro de 2018.

Rocha, S. (2000). Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real.

Salerno, M. S. (2010). A política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal. *Parcerias Estratégicas*, 9(19), 13-36.

UNCTADS. *Investimento direto estrangeiro: fluxo interno e externo e estoque anual*. Disponível em: < <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/tableView.aspx> > Acesso em: 30 de setembro de 2018

Vargas, M. D. B. (2009). Governo Federal Ministério do Trabalho e Emprego Ministro– Carlos Roberto Lupi Secretário Executivo– André Peixoto Figueiredo Lima Secretaria de Assuntos Estratégicos da.